

1
2
3 ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA
4 CONTINUAÇÃO DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA
5 REALIZADA NO DIA 04 DE MAIO DE 2018
6

7 **ATA NÚMERO SEIS**
8
9

10 No dia 04 de Maio de 2018, reuniu no edifício da Junta de Freguesia, sito no Largo do Ministro,
11 nº.3, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência da sua presidente, Elza Maria
12 Pereira Morais Nunes da Fonseca, coadjuvado por Amândio António Almeida da Silva, primeiro
13 secretário e Sara Margarida Ferreira Madeira, segunda secretária.

14 Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da assembleia:
15 João José dos Santos Sentieiro, Maria Adelaide Ferreira Polónio, Luís Henrique Aleluia Sande e
16 Silva, Jácome Graçoeiro Dantas, Bruno Filipe Esteves Medina Rôlo, António Moreira da Fonte,
17 Paulo César Lopes Ribeiro, Gonçalo Nunes Santos Fonseca, Ricardo Luís Correia Martins de
18 Barros Duarte e Francisco Fragoso Laplaine Guimarães. Às 21h00, constatada a existência de
19 *quorum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.

20 Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

21 C) Ordem do Dia:

- 22 2. Apreciação da Informação escrita da Senhora Presidente da Junta e Informação da
23 situação financeira da Junta de Freguesia.
24 3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas.
25 4. Apresentação, discussão e votação da 1ª proposta de revisão ao orçamento para 2018.
26 5. Inventário de todos os Bens, Direitos e obrigações patrimoniais, e respetiva avaliação,
27 da Junta de Freguesia.
28 6. Apresentação e votação da ata em minuta referente às deliberações tomadas sobre os
29 pontos nº. 1, 3 e 4.

30 **Presidente da Assembleia** Antes de dar início à sessão, informou que a Sra. Presidente da Junta
31 apresentou um voto de pesar para aprovação da Assembleia. Deu a palavra à Sra. Presidente da
32 Junta.

33 **Presidente da Junta** O voto de pesar é relacionado ao falecimento de um senhor que participou
34 na corrida de cicloturismo organizada pela Junta, a Junta de Freguesia não tem nenhuma
35 responsabilidade neste assunto e como o senhor faleceu num evento organizado pela Junta de
36 Freguesia, foi um acidente grave que culminou na morte do senhor e nestas circunstâncias o
37 Executivo deliberou por unanimidade aprovar um voto de pesar mas também deliberou apresentar
38 esse voto de pesar à Assembleia para que se pretendesse aceitar e solidarizar-se com esta
39 iniciativa, guardarem um minuto de silêncio.

40 **Presidente da Assembleia** Todos concordaram com a entrada do voto de pesar para ser votado.
41 Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

42 **Presidente da Junta** O voto de pesar foi apresentado neste dia porque o senhor tinha falecido no
43 dia anterior. A coberto das comemorações do 25 de Abril, desde sempre se fizeram vários eventos,
44 antigamente fazia-se uma corrida de atletismo, há uns anos para cá passaram a fazer uma corrida
45 de cicloturismo, esta iniciativa decorreu no dia 29 de Abril, para o efeito desenvolveram todos os
46 trâmites legais como o pedido das licenças que são exigíveis para o efeito, a indicação de datas
47 de percurso que foi indicado pela PSP, a constituição de seguros e para o próprio dia da prova
48 pediram a presença de uma equipa de bombeiros e uma equipa da PSP, da parte da Junta estava
49 tudo perfeitamente organizado e as preocupações de segurança tidas em consideração e por esta
50 forma salvaguardadas, a Junta de Freguesia também se fez representar em grande número, o
51 Executivo também acompanhou, foi um passeio de cicloturismo muito concorrido, com 140
52 participantes e não fosse este acidente, tinha sido um sucesso. Este ano a Polícia sugeriu-lhes um
53 percurso alternativo, na viagem de regresso, na Avenida Lusíada, o tempo estava um pouco
54 chuvoso e um dos ciclistas que já era habitual vinha normalmente na sua bicicleta numa descida
55 a seguir ao Colombo onde estão estacionados uns veículos, numa zona onde não é permitido
56 estacionar e embateu contra o primeiro veículo estacionado, ao embater foi imediatamente

57 socorrido pela equipa dos bombeiros que promoveu logo os primeiro-socorros e reanimação, foi
58 conduzido ao hospital de Santa Maria, foi atendido com muita prontidão, não houve da parte dos
59 serviços que estavam a apoiar o evento nem da parte do hospital atraso nenhum nem negligência
60 no apoio a prestar ao senhor, só que o embate foi extremamente forte, partiu o capacete, provocou-
61 lhe um acidente na cabeça mas não foi esse o principal, a força exerceu-se na zona do pescoço e
62 na zona das vértebras, a C1 e a C2, foram logo ao hospital e chamaram a família, a equipa médica
63 deu más perspectivas de melhoria, do que entendeu ou o senhor ficaria tetraplégico ou não resistiria
64 e este foi o quadro que viveram com uma grande preocupação durante estes dias conjuntamente
65 com a família, a família percebeu que foi um acidente, que a Junta não tem nenhuma
66 responsabilidade mas tem moralmente a obrigação de prestar apoio à família nestas circunstâncias
67 e fizeram-no diariamente em que a família aceitou, sem invadirem a privacidade, estabeleceram
68 uma boa relação, as pessoas são muito compreensíveis, a família enviou-lhes umas mensagens
69 muito bonitas a agradecer muito à Junta a dizer que essa foi a vida dele, adorava aquelas iniciativas
70 e que teve a possibilidade de as vivenciar porque determinadas instituições lhes foram
71 proporcionando e que não parassem de as organizar porque os acidentes acontecem, ninguém quer
72 que as coisas aconteçam, ficaram consternados e neste sentido propunham que a Assembleia se
73 associasse a este voto de pesar proposto pelo Executivo por ser uma situação especial.

74 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

75 **Ricardo Duarte** Sugeriu que neste voto de pesar constasse a ser enviado ao Clube Desportivo e
76 Recreativo de Montemuro e à família.

77 **Presidente da Assembleia** O voto de pesar ia ser alterado com esta sugestão e passou à votação,
78 ao qual foi aprovado por unanimidade. Procederam ao minuto de silêncio. Passou ao ponto 2 da
79 Ordem do Dia – Apreciação da informação escrita da Sra. Presidente da Junta e informação da
80 situação financeira da Junta de Freguesia. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

81 **Presidente da Junta** A informação escrita reporta-se ao período entre 1 de Janeiro e 31 de Março
82 de 2018, reflete as atividades ocorridas neste período, há muitas atividades contempladas que
83 refletem as parcerias que a Junta tem feito com outras instituições, várias atividades têm sido
84 desenvolvidas em cooperação entre a Junta de Freguesia e outras instituições, ou sejam atividades
85 organizadas por outras instituições com o apoio da Junta, de salientar de em termos de pessoal
86 procederam ao processo de integração dos precários, no total de 61 pessoas, sendo 53 assistentes
87 operacionais e 8 assistentes técnicos, este processo está quase concluído, estavam a proceder a
88 selecção ao nível dos assistentes técnicos da Piscina Municipal, este processo correu muito bem,
89 também com a colaboração da Assembleia que votou favoravelmente as propostas do Executivo,
90 deram possibilidade às pessoas que colaboravam com a Junta em regime de contratos de prestação
91 de serviços de integrarem os quadros do pessoal, esta situação que lhes dá muito prazer de ser
92 conseguida vai implicar aumentos de custos para a Junta de Freguesia, mas também são benefícios
93 para os trabalhadores, era um investimento que se faz na população de Santa Clara. Em termos
94 de expediente administrativo, tem havido um grande expediente administrativo, um número
95 elevado de atestados, de declarações, de registos, etc. Quanto a equipamentos adquiridos, foi
96 adquirido uma varredora e três impressoras que foram atribuídas a três agrupamentos escolares
97 da Freguesia. Obras e melhoramentos, têm sido feitos vários que são da competência própria da
98 Junta da manutenção do Espaço Público e de equipamentos, sublinhando a recuperação do parque
99 infantil da Escola Básica das Galinheiras, do parque infantil entre a Rua Reis Pinto e a Rua Tito
100 de Morais, a mudança de pilaretes na Azinhaga da Cidade e noutras zonas da Freguesia, colocação
101 de placas toponímicas, colocação de lâmpadas de baixo consumo, estão a tentar fazer em todos
102 os locais onde tem responsabilidade de pagamento das respetivas energias, porque entendem que
103 é um custo inicial que vale a pena fazer que depois se reduz nos gastos nas fases seguintes, no
104 entanto são custos muito elevados, porque são muitas as lâmpadas que existem em cada
105 equipamento escolar e isto tem um custo muito elevado. Referiu uma obra da EPAL que está a
106 decorrer na Quinta do Reguengo com o objetivo de promover um melhor abastecimento a toda
107 aquela zona, porque não havia a pressão adequada, esta era uma obra da EPAL com interação da
108 CML, mas algo correu mal, a empresa que estava a fazer esta obra faliu e esperavam que
109 conseguissem resolver esta situação, neste momento a Junta de Freguesia não pode fazer nada
110 porque não é dona da obra, a Junta de Freguesia não pode intervir, pode apenas junto das
111 instituições adequadas fazer pressão para que haja maior respeito possível pelas populações e que

112 as obras sigam o seu curso com brevidade. Nas obras da CML ainda há um problema a resolver
113 em relação ao Eixo Central, com as negociações com a Fervidal. O projeto “Uma Praça em cada
114 Bairro”, tem estado em diálogo com o Vereador Manuel Salgado e com os técnicos que estão a
115 fazer este projeto, tem estado a avançar normalmente, embora não se veja na prática resultados.
116 Em termos de espaço público, na higiene urbana tem feito todas as atividades que lhes estão
117 atribuídas, houve um projeto designado por “Ruas Limpas, Ruas Seguras”, que envolveu várias
118 instituições da Freguesia, do grupo de segurança da Ameixoeira/Galinheiras, do qual por sua vez
119 está integrado no Grupo Comunitário das Galinheiras/Ameixoeira. No âmbito dos jardins e
120 espaços verdes, de sublinhar intervenções na Quinta de São João Baptista na limpeza e arranjo
121 dos canteiros da praca, o parque urbano do Alto do Chapeleiro, da criação de mais um pequeno
122 espaço verde ao lado do parque infantil, também recentemente construído, na Rua Frederico de
123 Brito foram colocadas plantas nos três canteiros deste arruamento, na escola Pintor Almada
124 Negreiros foi o arranjo de um espaço que se situa ao lado do polidesportivo, já tinha sido pedido
125 há muito tempo esta intervenção, tratava-se de um espaço de baldio e pediram para a Junta
126 colaborar na construção de umas hortas urbanas para as crianças da escola a habituarem-se a
127 cultivar, a Junta de Freguesia promoveu de um estudo prévio projetivo para aquela zona e a
128 requalificação do espaço. Em termos de passeios e calçadas, esta intervenção tem-se feito por
129 toda a Freguesia, recentemente foi-lhes pedida uma colaboração para a Avenida Nuno Kruz
130 Abecassis devido a um problema que lá ocorreu que não é de modo nenhum da responsabilidade
131 da Junta, mas da CML e da SGAL, a SGAL tem sido sempre muito colaboradora com a Junta, e
132 pediram-lhes para conjuntamente com eles resolverem o problema, tratava-se de um problema de
133 ligação da canalização do escoamento das águas pluviais ao sistema da rede pública que não
134 estava efetuada e provocou o aluimento de terras no passeio, com o tempo essa erosão acentuada
135 levou a um abatimento muito grande e agora trata-se de reparar essa situação que não foi fácil de
136 resolver, a SGAL já promoveu a ligação do sistema de escoamento das águas à rede pública, vai
137 colocar a terra, vai prensar a terra, as pedras para revestimento estão lá, à Junta só é pedida uma
138 colaboração para a colocação dessas pedras, a Junta acedeu a fazer esse trabalho, considerando
139 uma atitude de cooperação com uma instituição que também já tem cooperado com a Junta
140 diversas vezes noutras situações, se alguém vir lá os profissionais da Junta a colaborar, não é
141 porque assumissem que era um problema da Junta, porque não é, é um problema estruturante e
142 da responsabilidade de quem fez aquela obra. Trânsito, sinalização e rede viária, também é coberto
143 de várias reuniões que têm tido a propósito, estavam a pensar agir sobre várias zonas da Freguesia
144 e sinalização horizontal e vertical em várias zonas da Freguesia, nomeadamente as lombas
145 colocadas na Estrada de São Bartolomeu, estavam a tratar este assunto com a Divisão de Trânsito
146 das lombas que lá estão com caráter provisório por uma elevação do piso, mas isso tem que ser
147 estudado e determinado pela Divisão de Trânsito da CML, estavam a articular com eles e o que
148 está acordado é que não se mexe naquilo que está, porque o que está é de caráter provisório, não
149 agrada a quem utiliza a Estrada de São Bartolomeu para circular normalmente e que vem fora de
150 Lisboa, ou de outras proveniências mas promove a segurança de todos e aquilo não é nenhuma
151 auto-estrada, chama-se Estrada de São Bartolomeu mas na prática é uma rua, tem casas de ambos
152 os lados e tem um equipamento que é objeto de preocupação da parte da Divisão de Trânsito que
153 é a creche, e o parque infantil, e por todas essas razões a redução da velocidade é um imperativo,
154 o que lhes foi dito foi para não mexerem nas lombas que lá estão até que a Divisão de Trânsito
155 faça um estudo e pense numa solução mais durável. Sobre as AUGI, houve várias reuniões de
156 várias AUGI que estiveram sempre presentes e estão sempre a acompanhar esta dinâmica que se
157 pretende o mais acelerada possível, nesta fase foram as AUGI do Alto do Chapeleiro, da Quinta
158 da Torrinha e da Quinta da Assunção. No âmbito social, foi organizado mais um passeio sénior a
159 Alcácer do Sal e já está outro programado, também foi feita uma ação de sensibilização de
160 prevenção e segurança da comunidade, foi apresentado um plano local de saúde para a área de
161 Lisboa Norte, uma visita ao Jardim Zoológico destinada a um período de férias escolares para
162 crianças e jovens com comportamentos de risco e no âmbito da prevenção e promoção de
163 comportamentos de segurança e valores de cidadania, esta iniciativa designou-se por “Traça o teu
164 Caminho” e foi organizada pela Junta de Freguesia em conjunto com os grupos de segurança de
165 Galinheiras e Alta de Lisboa, também uma iniciativa organizada na Junta de Freguesia
166 subordinada à temática alimentar e à saúde alimentar e especificamente direcionada para a

167 temática de diabetes, estiveram ali pessoas especializadas neste domínio, entre as quais a Dra.
168 Isabel do Carmo e contaram com o apoio da APRE!. No âmbito da Cultura, Desporto e Lazer, o
169 desfile de Carnaval tradicional, organizado pelo GDAC, com a colaboração da CML e muitos
170 participantes, também foi organizado um passeio da família, trata-se da 35ª edição em Belém, a
171 Junta de Freguesia sempre se associa a esta iniciativa, transportou os utentes no autocarro da
172 Junta, foram 50 utentes de Santa Clara, o Almoço de Natal realizado para os funcionários e
173 colaboradores da Junta e alguns membros da Assembleia, em que foram todos convidados, o
174 Passeio Avós e Netos na zona ribeirinha em Belém, também já habitual que contou da mesma
175 forma com o 35º Passeio da Família nos mesmos termos, em termos de Desporto, uma prova
176 organizada pelo Clube de Triatlo de Lisboa, em parceria com a Federação de Triatlo de Portugal,
177 CML e Junta de Santa Clara, esta prova foi realizada na pista Prof. Moniz Pereira e constituída
178 por várias modalidades, o atletismo foi na pista e as provas de natação na Piscina de Santa Clara,
179 também um torneio “Reis do Futsal” do GDAC, realizado no polidesportivo do Campo das
180 Amoreiras, o dia mundial da atividade física foi comemorado com iniciativas organizadas pela
181 CML, que convidou todas as juntas a assinalar esta data e participar e dirigida a pessoas com mais
182 de 55 anos, foram vários jogos tradicionais, ginástica rítmica e outras atividades, a 4ª edição das
183 Olisipiadas que está a ser preparada. Em termos de Educação e Formação, a Comissão Social de
184 Freguesia vocacionada para esta temática que tem um grupo a trabalhar, um grupo de trabalho da
185 escolaridade organizou um périplo pelas instituições que prestam serviço na área da Freguesia, a
186 visita foi para tomar mais contato e perceber quais são os fatores de constrangimento para se
187 poder agir com mais eficácia, a visita terminou com um almoço convívio entre os vários
188 participantes na Cantina Social da Junta de Freguesia, os Centros de Apoio ao Estudo têm
189 funcionado regularmente nos Serviços Sociais 1 e 2 nas disciplinas de Matemática e Português,
190 uma batalha de Hip-Hop, organizada pela instituição “Educar é Sorrir”, que é a empresa
191 responsável pelo CAF, a Orquestra Geração, que atua na Escola Básica Alta de Lisboa, a Marcha
192 da Paz organizada na Escola Básica Alta de Lisboa em que estiveram presentes várias instituições
193 por forma a sensibilizar as crianças para a importância da paz, também esteve nesta iniciativa, no
194 âmbito da formação, de sublinhar um curso de operador de jardinagem que está a decorrer nas
195 instalações da Junta, com uma duração de 600 horas para 20 participantes, em parceria com o
196 IEFP, o qual lhes dará creditação com a equivalência ao 1º ciclo do ensino básico, este curso, em
197 conjunto com outras disciplinas é fundamental para que as pessoas adquiram esta escolaridade
198 mínima, Academia de Formação para Adultos continua a funcionar nos termos tradicionais,
199 escolas e jardins de infância públicos têm sido alvo de várias obras de manutenção, onde vários
200 vidros são sistematicamente partidos por atitudes quase sempre de vandalismo, os CAF têm
201 funcionado nos termos habituais. Em termos de transportes, tem estado em articulação com a
202 administração da CARRIS e foi pedido uma alteração da carreira 40B para passar pela Rua Raúl
203 Rego e Rua Tito de Moraes, mas a equipa da CARRIS acha que isto causaria um grande transtorno,
204 porque a carreira já está implementada, os utentes já estão habituados a aquele horário e funciona
205 muito bem, foram eles próprios que não seria aconselhável aquele percurso, está prevista uma
206 segunda fase em que após a aquisição de mais veículos e contratação de pessoas, e a partir daí
207 serão introduzidas mais carreiras, estando prevista passar por aquela zona uma outra carreira que
208 virá a dar resposta a estas necessidades, reuniões e participações normais e comunicações com a
209 população também normais.

210 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. João Sentieiro.

211 **João Sentieiro** Na Rua Jorge de Sena é frequente os veículos transitarem a velocidades fora do
212 que seria natural, uma vez que um dos lados tem um supermercado e um café, há uma travessia
213 de cidadãos relativamente grande e os veículos passam naquela via com velocidades inadequadas
214 para aquele local, se for possível limitar de alguma forma, ou com lombas ou com sinais, a
215 velocidade naquele setor seria importante.

216 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

217 **Paulo Ribeiro** Chamou a atenção à Sra. Presidente da Assembleia que estavam a trabalhar em
218 circuito fechado porque não consta no Facebook da Junta, não consta do site da Junta e era uma
219 situação que se repetia, a Assembleia é um órgão independente e se a Sra. Presidente da
220 Assembleia não tem as condições necessárias para exercer o seu mandato, tem que exigir da Sra.
221 Presidente da Junta que é de lei. Sobre a informação escrita, era mais uma vez do mesmo, era uma



222 informação escrita muito pobre, não concretiza, não tem valores, adquiriram uma varredora e três
223 impressoras mas não constam os custos e isso era útil para verem, na colocação das placas
224 toponímicas, não consta em que ruas foram colocadas porque isto era muito vago e era um dever
225 da Junta de Freguesia informar o máximo possível esta assembleia, na Escola Pintor Almada
226 Negreiros foi efetuado um arranjo a um espaço destinado a hortas, mas no princípio da semana
227 anterior, uma mãe enviou-lhes fotografias de baldes a apanhar água do teto da escola, entendia
228 que em vez de estarem a fazer hortas, seria mais útil arranjar o telhado e segundo a mãe, quando
229 chove a escola tem que fechar, as crianças têm que ir para casa. Sobre a situação financeira não
230 conseguem escrutinar onde a Junta gastou 859 mil euros, porque tudo o que estava evidenciado
231 não conseguiam perceber onde é que estava este valor gasto, para não falar que já têm mais 711
232 mil euros de compromissos, neste momento a Junta tem 1 milhão e 570 mil euros comprometidos,
233 o que significa um terço do orçamento em 3 meses, não estavam a dizer que o dinheiro não tinha
234 sido bem empregue ou mal gasto, tinham dúvidas onde é que estavam os 859 mil euros que
235 constam no descritivo e queriam perceber.

236 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

237 **Ricardo Duarte** Sobre a informação escrita, achava útil haver uma descrição muito exaustiva do
238 que se passou na Freguesia, mas muitas das coisas que ali constam terão sido acompanhadas pela
239 Junta mas não são iniciativa da Junta, entendia que era mais útil centrarem-se nas atividades da
240 Junta, no entanto via com agrado que há uma preocupação em relação à limpeza e à estrutura
241 viária, inclusive ao controlo de velocidade em determinadas ruas, até porque no seguimento de
242 recomendações aprovadas nesta assembleia, quer apresentadas pelo BE quer pelos CSC e foi-lhes
243 indicado que não era da competência da Junta, congratulava-se que tivessem percebido que
244 mesmo não sendo da competência da Junta, há coisas a fazer e esperava que não ficassem pela
245 Estrada de São Bartolomeu, porque tal como acontece uma situação complicada ali, a Rua Maluda
246 também tem uma escola e a situação continua a ser complicada, continuam a passar carros em
247 grande velocidade, esperava que na próxima assembleia, quando o Executivo for questionado não
248 lhe responda novamente que não é da competência da Junta, em relação ao almoço de Natal, não
249 era os que quiseram, foram os que quiseram e puderam, nem todos puderam estar presentes,
250 mesmo querendo. Sobre a situação financeira, há mais receitas que despesas mas vai haver um
251 acréscimo de despesa, fruto do acréscimo da integração dos funcionários e ainda bem que vai
252 haver esse acréscimo porque finalmente vai haver a integração de pessoas condignamente,
253 questionava onde é que se ia acomodar esse acréscimo de despesa, tendo em conta que a folga
254 financeira não é tão grande quanto isso.

255 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

256 **Presidente da Junta** A informação escrita reflete inúmeras atividades e o dinamismo que esta
257 Junta teve durante este tempo, a informação financeira vai ser prestada com a presença do Dr.
258 Luís Araújo que irá dar as informações para as quais está mais habilitada em relação às questões
259 que colocarem, tal como estavam habituados a fazer. Em relação à escola Almada Negreiros,
260 sabiam que a escola tinha várias deficiências, já pediram a comparência no local das instituições
261 responsáveis, trata-se de uma escola EB 2.3, é da responsabilidade do Ministério da Educação, as
262 intervenções estruturantes a fazer na escola devem ser efetuadas pelo ministério, e a questão da
263 infiltração de águas, já lá foi a equipa das obras da Junta verificar se seria uma coisa simples que
264 pudesse resolver e efetivamente a equipa não pode resolver, era uma situação que tinha de ser
265 feita por quem de direito e não pode ser a Junta de Freguesia a fazer todas as obras que competem
266 ao ministério ou à CML, senão onde é que chegaria o orçamento para efetuar as obras que
267 competem aos outros serviços, mas não era só aquela escola que tinha problemas, tinham cinco
268 escolas públicas e cinco jardins de infância e todos eles foram visitados pelas equipas competentes
269 e foram identificados os problemas e agora compete-lhes dar a devida resposta, a Junta apenas
270 colaborou naquilo que lhes foi pedido e já insistentemente pela própria escola não se trata de dizer
271 que se fez uma coisa em vez de se fazer a outra porque perante a panóplia de situações que
272 necessitariam de ser feitas não as podiam fazer todas, podiam fazer algumas e dessas farão o que
273 estiver no âmbito das possibilidades e competência da Junta, essa puderam fazer e fizeram-na mas
274 podiam não ter feito nada, porque não era da competência da Junta. Intervenções na rua, como
275 ponto de partida do que se fez na Estrada de São Bartolomeu e o que se fez na Estrada de São
276 Bartolomeu não foi por conta e risco da Junta, foi em articulação com a Divisão de Trânsito, não

277 iam ter os louros que não lhes pertenciam, a Junta apenas executou, não podiam fazer nada que
278 não seja autorizado pela Divisão de Trânsito sob pena de surgir algum problema e depois a
279 imputação da responsabilidade é a quem executou, existe uma instituição, existe uma divisão da
280 CML, um serviço que está direcionado para essas preocupações, é transversal a todos os serviços
281 da CML, é ela que tem que dizer o que se faz e como se faz e a Junta de Freguesia não fará nunca
282 nenhuma intervenção que seja da competência da Divisão de Trânsito porque não vão de modo
283 nenhum assumir responsabilidades de eventuais acidentes que venham a ocorrer e que sejam
284 eventualmente imputados custos, tinham todo o interesse que a segurança seja conseguida, farão
285 a pressão toda que for possível fazer mas não iam fazer intervenções nenhuma sem que seja
286 autorizado, sendo autorizado podiam fazer no âmbito de protocolos de delegação de competências
287 mas sempre com orientação técnica da Divisão de Trânsito da CML, na Rua Jorge de Sena e na
288 Rua Maluda não é diferente, a Junta fará se a Divisão de Trânsito se disser o que se faz e como se
289 faz, a Rua Jorge de Sena ainda há pouco tempo foi objeto de intervenção no âmbito do projeto
290 “Uma Praça em cada Bairro”, que vai ter a sua segunda fase não custava nada colocar a questão
291 de voltarem atrás um pouco e ser efetuado uma reparação nessa zona, o que podiam fazer era
292 colocar a questão à equipa projetista. O aumento dos custos com a integração dos precários, era
293 lógico que isto ia acontecer, já tinham falado sobre isso, não via motivo para se continuar a debater
294 esta questão, a solução era tentar equilibrar as finanças da Junta, de sublinhar que em termos
295 autárquicos estava há 13 anos nestas funções, nunca em ano algum tiveram uma derrapagem
296 financeira, bem pelo contrário, transitaram sempre com saldo de uns anos para os outros e essa
297 era uma preocupação dominante e iam continuar a ter essa preocupação, e alertava esta
298 Assembleia para uma questão pertinente que eram as despesas de saúde que estão a ser imputadas
299 na sua íntegra às autarquias e às regiões autónomas, porque despesas que se pensa que são
300 suportadas pela ADSE não são suportadas, são imputadas às Juntas de Freguesia, provavelmente
301 isto iria comprometer o próprio Serviço Nacional de Saúde, porque os orçamentos das autarquias
302 e desta Freguesia pelo menos não tem como enfrentar eventuais situações graves que surjam, de
303 salientar que as despesas oncológicas são pagas a 100%, isto pode provocar uma rotura em
304 qualquer orçamento, em qualquer gestão por melhor que ela esteja a ser gerida e não tinham como
305 fugir a esta situação, era bom que todos tivessem consciência de que ao ser imputado às autarquias
306 esta responsabilidade que no seu entender, devia ser do SNS sem que as autarquias tenham
307 orçamento para tal, era uma forma de transferir para as autarquias uma responsabilidade, neste
308 momento e infelizmente tem uma pessoa com um problema oncológico e foi a primeira vez que
309 se depararam com esta situação, apareceram faturas de valores muito elevados para pagar e não
310 estavam habituados a isso e tiveram que se informar, tiveram que pedir pareceres jurídicos e
311 informarem-se junto da ADSE porque é que lhes era pedido pagarem estes valores, a Junta de
312 Freguesia quando chega um documento para pagar, tem que saber porque é que tem de o pagar e
313 se tiver de pagar, paga, tem que haver uma fundamentação legal para isso, procuraram ter essa
314 fundamentação, já a tem e pagaram, mas alertava esta assembleia, porque todos são autarcas,
315 todos representavam a Freguesia e todos devem saber o que é que está a acontecer em termos de
316 imputação de custos relativamente à saúde às juntas de freguesia e a Junta de Freguesia de Santa
317 Clara não tem orçamento que possa atender a estas questões, tinha a obrigação de chamar a
318 atenção para esta questão, porque a Junta de Freguesia pode entrar em rotura se aparecerem n
319 casos em que não podem fugir.

320 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

321 **Paulo Ribeiro** Referiu a informação financeira que acompanha a informação escrita, eram os
322 gastos que acompanham o trimestre da informação escrita, não estava a referir aos documentos
323 de prestação de contas porque esta informação financeira faz parte da informação escrita, não era
324 autónoma, em relação à ADSE é um facto e tem conhecimento que uma Junta foi quase à falência
325 por causa desse assunto, também sabe que há outras juntas que optam por capitação, ou seja, não
326 é a Junta que paga os medicamentos, as pessoas têm que levar as faturas diretamente à ADSE,
327 mas há despesas que a ADSE não comparticipa, no seu caso há um acordo de capitação, o serviço
328 não lhes paga as despesas, tem que ser o próprio a enviar à ADSE e fica à espera que a ADSE lhe
329 pague.

330 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

331 **Ricardo Duarte** Em relação a este assunto, era um tema muito importante e relevante que merece
332 ser abordado de uma forma estruturada e não no meio de outros temas, inclusive a Assembleia
333 pode debruçar-se sobre o assunto e ver que medidas é que podem tomar nesse âmbito. Em
334 nenhuma das recomendações foi sugerido que a Junta fizesse as obras, o que foi recomendado foi
335 que tomasse as devidas diligências no sentido de que a situação fosse resolvida, aquilo que
336 salientou foi quais os esforços que tinham sido feitos a partir do momento em que a recomendação
337 foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia, a resposta que recebeu foi que não era da
338 competência da Junta, não era competência da Junta fazer as obras a não ser que tivessem
339 mandatados para isso, mas era competência da Junta exercer a pressão e o que pretendia saber era
340 o que tinha sido feito.

341 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

342 **Presidente da Junta** A Junta fez, incluindo os próprios contentores subterrâneos na Rua Maluda,
343 não esqueceram a observação do Sr. Ricardo Duarte e a posição tomada pela Assembleia.

344 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

345 **Ricardo Duarte** Achava ótimo que tivesse sido feito e daí ter salientado que eram temas que
346 vinham ali abordados e esperava que houvesse uma intervenção ativa por parte do Executivo no
347 seguimento das recomendações que foram aprovadas, das duas uma, ou que digam que já
348 conseguiram ou então não estavam a conseguir porque já fizeram esforços e ninguém os ouve e
349 aí eventualmente a própria Assembleia poderá tomar uma posição em relação a isso, não achavam
350 que deva ser a Junta a assumir a responsabilidade de fazer obras para as quais não está mandatada
351 ou não pode fazer. Em relação à parte financeira, a sua pergunta era de opção política, não punha
352 em causa que a Junta de Freguesia vai entrar em colapso e vão entrar as despesas das pessoas que
353 vão ser integradas e que não vá ser acautelado, perguntava era de que fatia é que ia ser, era uma
354 opção política, perceber qual era a opção política do Executivo para acomodar essa despesa que
355 vai ser acrescentada.

356 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

357 **Luís Sande e Silva** A bancada do PS também demonstra preocupação com a situação apresentada
358 pela Sra. Presidente da Junta quanto às faturas sobre as despesas de saúde que a ADSE não
359 comparticipa, concordavam com a posição que o BE adotou, era uma matéria que deve ser
360 discutida profundamente e eventualmente a Assembleia também poderá ter uma palavra a dizer
361 do ponto de vista da pressão política, sabiam que a ADSE tem um orçamento consubstanciado em
362 receitas que aumentaram de forma substancial nos últimos anos e todos com certeza discordavam
363 de um eventual afastamento de responsabilidade da ADSE perante funcionários públicos das
364 autarquias locais, é uma matéria que deve ser discutida, até porque olhando para o futuro percebe
365 que o peso vai aumentar, desde já demonstram ali a preocupação e a vontade de uma próxima
366 assembleia todos juntos discutirem este assunto e eventualmente trazerem uma moção dos
367 partidos que também possa suportar uma posição política em defesa dos interesses da Junta de
368 Freguesia. Quanto à situação financeira, o PS regista com agrado o rigor orçamental que tem sido
369 apanágio do Executivo, não só deste Executivo mas também do anterior e o saldo de
370 disponibilidade apresentado, tem sido essa a preocupação também a questão do rigor orçamental,
371 é uma matéria que os preocupa mas tem sido sempre levada em linha de conta dos exercícios
372 deste Executivo e no Executivo anterior de Santa Clara.

373 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

374 **Bruno Rolo** Não iam pedir a palavra sobre o ponto de informação escrita, mas pretendia dar uma
375 nota sobre as questões levantadas, no entanto queria fazer um apelo à mesa porque eram 22:30 e
376 a gestão do tempo, apesar do computador, não estava a funcionar, todos os membros eleitos têm
377 o documento, era escusado o Executivo ler o documento porque leram o documento em casa, põe-
378 se a questão do público, mas a Junta de Freguesia se quiser informar o público sobre as suas
379 atividades, não precisa das assembleias de freguesia, tem o boletim da Junta e outros meios, não
380 precisa de estar a ler ali detalhadamente durante meia hora a informação escrita do Executivo, há
381 um período para o Executivo apresentar pontos relevantes da informação escrita que se passou
382 num determinado período, não era ler integralmente os tópicos todos, já falou nisto várias vezes
383 e como os apelos que tem feito ao Executivo não têm sido atendidos, fazia um apelo à Mesa para
384 na gestão dos trabalhos, começar a gerir esta questão de uma maneira diferente, pretendia saber
385 se as convocatórias que entregaram ao Executivo eram iguais aos membros da Assembleia, por que

386 de facto a situação financeira vem no mesmo ponto da informação escrita, não percebia porque é
387 que não se podia fazer perguntas sobre a situação financeira, podia ser lapso seu mas não havia
388 onde consta como foi adquirida uma varredora este ano, essa questão provavelmente era das
389 contas do ano anterior, era legítimo os membros da Assembleia fazerem questões sobre a
390 informação financeira do último trimestre que já não dizem respeito às contas de gerência anterior,
391 dizem respeito ao documento que estão a discutir de momento, era só para esclarecer isto porque
392 também tem noção que este era um documento único e conjunto, se a Sra. Presidente da Junta
393 entende só apresentar a parte da informação relativa às atividades e não fazer a apresentação da
394 situação financeira, está no seu legítimo direito mas tem que ouvir as perguntas e responder ou
395 delegar em alguém para responder. Sobre a ADSE, achava que tenha mudado o regime da ADSE
396 mas a Sra. Presidente da Junta e alguns membros do Executivo já são eleitos na Junta de Freguesia
397 há vários mandatos, era normal que já pudessem ter optado pela capitação antes de terem mudado
398 o sistema, só agora é que se aperceberam mas isso não abona nada em favor de quem está há tantos
399 anos e só agora é que se apercebeu do problema, porque o problema já existe há muitos anos,
400 sempre foi assim, só que havia uma opção, para além dos descontos do trabalhador, a Junta pagava
401 também uma parte por cada trabalhador e depois já não tinha que os reembolsar e como o Sr.
402 Paulo Ribeiro houve outras juntas que fizeram isso antes de 2016 e quem está à frente desta Junta
403 já cá estava antes de 2016 e admira-se só agora se tenham apercebido da gravidade da situação,
404 as intervenções do PS às vezes parece que não têm a responsabilidade nenhuma na situação, os
405 beneficiários da ADSE tiveram a eleição dos seus representantes há um ano atrás, que são
406 exatamente estes beneficiários que depois vão causar estes constrangimentos e esses beneficiários
407 têm lugares no Conselho Geral de Supervisão da ADSE onde também constam membros do
408 Governo nomeados pelo Governo e gostava de dizer aos membros do PS que o secretário-geral
409 da UGT, membro do PS, ex-deputado europeu João Proença foi eleito numa lista minoritária,
410 houve outras listas de representantes beneficiários da ADSE que foram mais votadas e tinham
411 mais representantes, mas o governo do PS entendeu nomear o Sr. João Proença porque era
412 amigalhaço para representar os interesses dos beneficiários, secalhar não está a representar bem
413 os beneficiários mas isso não era culpa dos beneficiários, era culpa do PS e do seu governo que
414 nomeou como representante o amigalhaço em vez de ter nomeado como representante quem mais
415 votos obteve nessas eleições, isto era a subversão da democracia que tanto se defende aqui mas é
416 só às vezes no 25 de Abril.

417 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

418 **Presidente da Junta** A medida que a Junta está a pretender acomodar as despesas provenientes
419 pela integração dos precários, distribuindo estas despesas suplementares por todas as outras
420 rubricas e definindo prioridades onde será menos penoso para a população diminuir essas
421 despesas, já tinha falado noutra sessão em relação às festas da Freguesia e outras coisas do género,
422 estavam a ter muito cuidado com custos energéticos e etc, onde fosse possível reduzir as despesas,
423 tinham esta preocupação dominante de contenção de custos, era uma preocupação global em
424 relação a todas as rubricas mas definindo prioridades, quanto às despesas de saúde, era uma
425 questão muito importante, podia ser tido trazida à Assembleia noutras alturas, mas foi trazida
426 agora e gostaria muito de ver todos os membros da Assembleia, independentemente da sua
427 sensibilidade partidária, porque o mais importante de tudo são os interesses globais da Freguesia
428 e dos seus trabalhadores e daí a saúde financeira da Junta para puderem fazer face às necessidades
429 da Freguesia, gostava de vê-los todos unidos em torno de uma elaboração de uma moção conjunta
430 e que não ficassem à espera de Junho, porque quanto mais depressa melhor, se se pudessem reunir
431 a Junta daria o apoio logístico e achava uma boa iniciativa desta Assembleia em prol dos interesses
432 desta Freguesia que são reais, relacionado com isto o Dr. Bruno Rolo colocar a questão da ADSE
433 e que desde Janeiro de 2017 a ADSE não aceita mais inscrições e diz também porque não fizeram
434 isso antes, e neste aspeto tem toda a razão, acontece que viveram momentos de muita dificuldade
435 de implementação de uma nova freguesia, de admitir pessoas que não tinham e tudo era
436 demasiado pouco para fazer face às múltiplas questões que se lhes depararam e quando
437 pretenderam já foi tarde, outras freguesias não tiveram o mesmo problema que Santa Clara, a
438 integração de freguesias não viveram os fatores de constrangimento que Santa Clara teve que
439 enfrentar, estava tudo mais normalizado, mas antes de 2017 poderia ter sido feito outro protocolo
440 por capitação, mas esse protocolo também não resolve tudo, também obriga a Junta a despesas e

441 até era de ponderar bem os custos que tem, e pode não ter contrapartidas, no entanto pretenderam
442 fazê-lo e não conseguiram, não entendia a que propósito é que a ADSE fechou esta possibilidade
443 em Janeiro de 2017, não descurova a responsabilidade da Junta, a ADSE é uma instituição que
444 existe há muito tempo e não encerrou as suas atividades, não entendia o que é que o Governo
445 pretendia, entendia esta questão como uma provocação direta e quem a vê funcionar noutros
446 contextos não era uma pessoa facciosa, e não era seguidista incondicional do que quer que seja,
447 aquilo que achava mal, venha de quem vier não se importava de o observar, tal como aquilo que
448 acha bem que venha de quem vier não se importa de parabenizar, as pessoas que trabalham na
449 Junta não lhes pergunta de que partido são, vê é como se comportam, que atitudes têm, que valores
450 têm e que caráter têm, e isso é que é importante, em relação à informação escrita refletiu em 22
451 minutos as múltiplas que a Junta de Freguesia fez em apenas 3 meses e sintetizou, entretanto da
452 Junta de Freguesia responde numa pessoa só que é a própria a todas as outras pessoas, se comparar
453 a Presidente da Junta com o Presidente da CML que também apresenta a sua informação escrita
454 e que as pessoas também têm conhecimento da informação que ele vai fazer, também via o tempo
455 que demora nas assembleias municipais a apresentação da informação escrita do Sr. Presidente
456 da Assembleia, ninguém questiona sobre o facto de ele fazer a apresentação da sua informação
457 escrita, é um direito que tem e era sozinha face a n membros da Assembleia e por isso tem que ter
458 um tempo diferenciado.

459 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Sande e Silva.

460 **Luís Sande e Silva** Os eleitos do PS nesta Assembleia estavam ali para defender os interesses da
461 Freguesia e não estavam ali para defender os interesses do Governo, e se for necessário divergir
462 do Governo, da CML ou de qualquer outro órgão, assim o farão, era essa a sua missão e o seu
463 compromisso, e muitas vezes divergiam em muita coisa.

464 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto 3 – Apreciação e votação dos documentos de
465 prestação de contas. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

466 **Paulo Ribeiro** Nunca assistiu que as contas de uma Junta de Freguesia fossem enviadas para o
467 Tribunal de Contas sem serem discutidas na Assembleia, é legal mas vindo da Assembleia teria
468 um outro peso. Lamentava que o relatório de gestão não incluísse uma análise dos últimos anos,
469 não lhes permite comparar o ano de 2017 com anos anteriores, tal como é recomendado pelo
470 SATA POCAL, esta Junta continua a fazer as contas só de um ano, se tiverem as contas do ano
471 anterior conseguem ver as variações, continuam a centrar-se em 2017 e acha que não vai mudar,
472 isto tem muita relevância porque também não está o ano zero na internet que foi o ano passado
473 que os CSC andaram a perguntar e a pedir que fossem colocados na internet os documentos,
474 porque também é obrigatório e assim não conseguem comparar, não tinham qualquer problema
475 num resultado negativo, é compreensível, a Sra. Presidente da Junta guardou o saldo de 1 milhão
476 e 200 mil euros no final de 2016 para agora ser só de 475 mil euros, pode ser uma coincidência,
477 foi ano de eleições mas pode não ter sido isso, ou seja, gastou em 2017 mais 725 mil euros do que
478 recebeu, perante um saldo de execução corrente, isto é, a diferença entre o que recebeu e gastou
479 em 2017, nesta ordem de grandeza 750 mil euros, era importante saber como gastou esse dinheiro,
480 discriminando com clareza essa execução, isto levava-os à pergunta inicial da informação escrita
481 porque não conseguiam perceber onde foi gasto o dinheiro, não discutiam se foi bem gasto mas
482 queriam perceber o porquê e a materialização desse valor, por isso é que gostavam de Matemática
483 e não de Psicologia, porque na Matemática 2+2 são 4, aqui ou em qualquer lado e a Psicologia
484 depende da pessoa, do país, etc, a falta de comparações do ano anterior, o incumprimento legal
485 da situação financeira, falta de clareza e transparência na prestação de contas, no entender dos
486 CSC as contas não batem certo, comparando os valores do mapa de balanço, em relação ao
487 imobilizado e os respetivos cálculos que são apresentados no anexo ao balanço e à demonstração
488 de resultados, olhando para o valor do ativo bruto no balanço com o valor do mapa discriminado
489 e a demonstração de resultados, os valores não são iguais mas quando comparam o valor das
490 amortizações e provisões do balanço com o mapa discriminado, quando estão a votar as contas
491 têm que ter consciência e podem ser chamados criminalmente e financeiramente, a conta 403 que
492 é a conta de amortizações e provisões, no balanço tem 92 mil e 851 euros e o valor de amortizações
493 e provisões no mapa com as contas de suporte é 88 mil e 190 euros, ou seja há uma diferença de
494 um mapa para outro, na conta 425 é a mesma situação, na conta 426 também há diferenças, na
495 conta 429 há diferenças no balanço, como resultado no total das amortizações e provisões no

eh.
✓
8

496 balanço é de 1 milhão e 131 mil euros, no anexo é de 1 milhão e 132 mil euros, estavam a falar
497 de uma diferença de 100 euros, outro mapa que não bate certo é o das transferências correntes da
498 despesa, que apresenta um total de 184 mil euros, enquanto que no mapa de controlo orçamental
499 da despesa verificam que as despesas correntes tem um valor de 197 mil euros, ou seja, há 13 mil
500 euros de subsídios atribuídos que não estão contemplados por algum motivo, o mais grave é no
501 balanço há um passivo relativo a dívidas a terceiros de 96 mil euros, mas depois no último mapa
502 a dívida é de 123 mil euros, havia ali uma diferença que também não sabiam o porquê, até porque
503 os mapas apresentados em branco faltam mapas que têm a ver com a prestação de contas, a norma
504 de controlo interno que é a 2.9.9 do POCAL, falta o resumo diário de tesouraria que é o 2.12.9,
505 falta o mapa síntese das concessões bancárias, também não está ali, não sabiam o valor que está
506 em banco a 31/12/2017, falta a ata do Executivo que terão de ter enviado para o Tribunal de
507 Contas que não consta, o mapa acumulado anual do resumo de tesouraria é essencial para
508 verificação das contas e a sua ausência é razão suficiente para votarem contra e é o que vão fazer,
509 existe um dever legal de elaborar os resultados e os resumos diários de tesouraria, a sua
510 apresentação na prestação de contas é essencial para auferir da adequação mínima entre a
511 contabilidade orçamental e a contabilidade patrimonial, a Sra. Presidente da Junta como pode
512 comprovar pelos relatórios elaborados pelo Tribunal de Contas que incumprimentos deste dever
513 legal é sancionado com multa atualmente entre 2500 e 18000 euros, também falta um documento
514 que o Tribunal de Contas atualmente pede que é a situação relativa aos protocolos, os protocolos
515 que a Junta faz com a CML e que tem de prestar contas dos protocolos, é uma situação
516 particularmente importante para se poder avaliar se há saldo consignado e saldo que transita da
517 CML que não pode ser mexido e há um valor livre da Junta, perante isto as contas apresentam
518 várias desconformidades para os CSC aprovarem as contas, isto não abona em nada a Freguesia,
519 que as coisas têm que ser claras porque muitas pessoas que estão ali não dominam estes números
520 e as coisas mais claras e com mais mapas seria mais fácil de perceberem, como as contas já foram
521 enviadas porque na altura em que isto iria ser votado iam sugerir para que fossem revistas as
522 contas, mas como já foram enviadas não há nada a fazer e o sentido de voto dos CSC é contra e
523 que ficasse expresso em ata quem votou a favor, porque se houver algum problema essas pessoas
524 terão que ser depois devidamente chamadas para estarem a explicar porque é que as contas não
525 estão a bater certo.

526 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

527 **Presidente da Junta** Sobre o envio dos documentos ao Tribunal de Contas, o Sr. Paulo Ribeiro
528 tinha uma série de apontamentos que leu e certamente quem disse isso também lhe devia ter dito
529 que as contas têm que ser enviadas ao Tribunal de Contas até ao fim do mês de Abril, e as contas
530 enviadas até ao mês de Abril supunha que tivessem de ser analisadas a tempo de terem tido a
531 aprovação da Assembleia, o Executivo elaborou todos os seus documentos atempadamente,
532 estavam prontos antes de meados de Abril e foram entregues pessoalmente a todos os membros
533 da Assembleia, a Assembleia decorreu a 24 de Abril, nessa Assembleia foram tratados todos os
534 assuntos menos os que faziam parte da Ordem do Dia e como não tratou dos assuntos da Ordem
535 do Dia, transitaram em segunda reunião para o dia de hoje que é a continuação, a Assembleia não
536 se organizou devidamente para tratar dos assuntos que tinha de tratar dentro do período que é
537 obrigatório tratar, nessas circunstâncias a Junta de Freguesia cumpriu o seu papel, elaborou os
538 seus documentos, submeteu à sua aprovação em termos de Executivo, apresentou-os à Assembleia
539 dentro do prazo, suscetíveis de ser aprovados e a Assembleia não o aprovou e não era por causa
540 disso que a Junta de Freguesia que não ia cumprir o que tinha de fazer a seguir, que era enviá-los
541 para o Tribunal de Contas com a aprovação não só do Executivo como também com a revisão
542 feita pelo ROC, com todos estes elementos a Junta de Freguesia cumpriu o seu papel, a
543 Assembleia não se debruçou sobre elas na altura própria, transferiu para esta data esta reunião,
544 foi da responsabilidade da Assembleia, não do Executivo, o Sr. Paulo Ribeiro critica as contas e
545 comenta a propósito que gosta de Matemática e não gosta de Psicologia, estava no seu direito,
546 neste caso era insuspeita porque adora Matemática desde criança até hoje, é a ciência do rigor e
547 da precisão e que lhe dá um gozo extraordinário com tudo o que a Matemática proporciona, fá-la
548 sentir perante uma ciência ideal mas não deixava de considerar que para além disso era uma
549 pessoa global e como pessoal global era composta de vários elementos, e a Psicologia é a ciência
550 da alma, que vem da palavra grega psyche igual a alma ou mente, mais logos, que é o tratado das

sh
N
g

551 ciências da alma, se a pessoa tenha a visão que tiver, não dizia religiosa mas todos admitem que
552 são um composto de corpo e espírito, portanto tinham que se admitir como um todo e essa
553 componente do ser humano é tão importante que não pode, de maneira nenhuma, ser
554 negligenciada, não percebia como é que uma pessoa não se preocupa ou negligência uma parte
555 de si própria ou não gosta dela. Acerca das questões que colocaram sobre a parte financeira,
556 pretendia que fosse o Dr. Luís Araújo a responder.

557 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

558 **Bruno Rolo** Solicitava que se fosse possível, que o Sr. Paulo Ribeiro, o qual levantou uma série
559 de questões de tal maneira rápido que vinham com uma falha de informação que achava pertinente
560 referenciar quais eram as páginas a que se estava a referir, porque o documento tem mais de 100
561 páginas e não tem índice, comparou o anexo ao balanço das demonstrações financeiras.

562 **Paulo Ribeiro** Em relação aquilo que a Sra. Presidente da Junta disse, as contas não podiam ser
563 enviadas a qualquer custo, podiam ter pedido o adiamento das contas, porque o Tribunal de
564 Contas, quando existe algum problema e neste caso a Assembleia não se ter realizado, o Tribunal
565 de Contas aceita o adiamento do envio e podiam ter visto isto mais à frente e com mais rigor,
566 neste tipo de assuntos não podiam estar ali a correr porque tem que ser aprovado e enviado.

567 **Presidente da Assembleia** Já todos perceberam isso, sem contar com o tempo que a Sra.
568 Presidente da Junta tem para apresentar os documentos, o Sr. Paulo Ribeiro é o que fala mais em
569 relação aos outros elementos. Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

570 **Bruno Rolo** Tinham vários separadores que dizem todos prestação de contas mas depois em
571 rodapé diz em cada um qual é o seu capítulo mas não existe um índice, o balanço sabia qual era
572 mas não encontra o comparativo onde o Sr. Paulo Ribeiro diz que há discrepância, solicitava que
573 dissesse onde é que fez o comparativo, porque quando ouvirem a explicação também convinha
574 acompanharem.

575 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

576 **Paulo Ribeiro** Era um balanço e depois mais para o fim tem o mapa do ativo bruto, as contas 423
577 e 425 apresentam discrepâncias, a única que está igual é a 422.

578 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Araújo.

579 **Luís Araújo** A apresentação do Sr. Paulo Ribeiro não deu para perceber muito bem e há
580 determinado tipo de pontos que não conseguiu acompanhar, além da apresentação ser muito
581 rápida.

582 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

583 **Paulo Ribeiro** No balanço, as contas 423 e 425, no anexo 1 tem um mapa de amortizações e
584 provisões, o saldo final das contas 423 e 425 não batem certo, o único que está certo e que está
585 igual é o da 422, assim como a 426 e 429 não estão iguais.

586 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Araújo.

587 **Luís Araújo** Este mapa de amortizações e provisões é retirado da aplicação do imobilizado e não
588 da aplicação da contabilidade, e a aplicação do imobilizado das Juntas de Freguesia que se
589 agregaram, existe uma dificuldade em termos informáticos, em termos de parametrização, a
590 FreSoft juntou o património das duas freguesias, e antes disso a aplicação do imobilizado era em
591 regime simplificado, basicamente era só o registo dos bens, basta que uma taxa de amortização
592 na altura que não tivesse sido colocada corretamente ou um dos parâmetros que não esteja
593 preenchido em termos de cálculo pode ter divergências em termos de valor, e estavam a falar da
594 diferença dos tais 100 euros em relação ao valor patrimonial é um valor imaterial da contabilidade
595 propriamente dita, o balanço que é o mapa oficial em termos de contabilidade, os valores estão
596 corretos, os tais erros em termos de parametrização da parte do programa de investimento de
597 património que por vezes poderá haver alguma situação em que pode estar a ocorrer esse erro,
598 esse mapa nem sequer vai para o Tribunal de Contas, o que vai é o balanço quer do ativo, quer do
599 passivo e o anexo às demonstrações financeiras que é com base nesses documentos que as contas
600 estão, daquele mapa que até ao anexo não é um mapa obrigatório em termos de prestação de
601 contas, para darem um reforço à parte do anexo às demonstrações financeiras é que o anexaram
602 à parte do relatório das demonstrações financeiras.

603 **Paulo Ribeiro** Se não era importante não deveriam ter posto e se ele está ali, faz a comparação
604 com o balanço e não está igual, era a explicação do Dr. Luís Araújo, não aceitava mas tudo bem.
605 Também pedia a explicação sobre as transferências correntes da despesa.

606 **Luís Araújo** As transferências correntes da despesa têm a ver com a questão de atribuição de
607 apoios a famílias.

608 **Paulo Ribeiro** Tem no seu mapa discriminado a quem a Junta de Freguesia atribui os subsídios
609 que tem um valor de 184 mil euros, no controlo orçamental da despesa, na mesma rubrica tem
610 197 mil euros, há uma diferença de 13 mil euros que não estão refletidos na atribuição dos
611 subsídios.

612 **Luís Araújo** Tem a ver com um projeto através da delegação de competências com a CML que é
613 um apoio a famílias carenciadas, nesse mapa das transferências vem a descrição por entidades,
614 mesmo com a nova lei da proteção de dados, mesmo que o entendimento que seja da parte do
615 Executivo, era também uma questão de proteger as pessoas, porque é um documento oficial, se
616 os elementos da Assembleia quiserem aceder, poderão fazê-lo e será fornecido o mapa com a
617 descrição das pessoas.

618 **Paulo Ribeiro** Foi preciso alguém reparar nisso para ser dada a explicação, essa explicação já
619 devia ter sido dada no documento e assim evitava estas perguntas que até parece que estão a
620 esconder alguma coisa e que só dizem se perguntarem, o mais grave é que no balanço têm um
621 passivo relativo a 2017 de cerca de 96 230.22 euros em Estado e outros entes públicos, é as dívidas
622 que a Junta tem em 2017, e no último documento, em outras dívidas a terceiros, são 123 mil euros,
623 há ali uma diferença de 27 mil euros que não estão iguais ao balanço.

624 **Luís Araújo** Esta situação tem que ver em termos da aplicação informática relativo a outras
625 dívidas a terceiros, o balanço vai diretamente às contas patrimoniais, aqui se existir algum erro
626 será no próprio mapa de dívidas a terceiros, se pudessem aguardar iria verificar na aplicação.

627 **Paulo Ribeiro** Como repararam, o mapa não está igual, a questão era se queriam esperar, as contas
628 já foram enviadas, como já tinha dito a votação iria ser contra, se não quiserem revisar as contas
629 a Assembleia é soberana, podiam avançar então para outros pontos e depois também havia a falta
630 de documentos que a prestação de contas exige, o mapa da contratação administrativa em que terá
631 todos os contratos, todos os ajustes diretos, todas as empreitadas, terá que ter isto mencionado
632 que é o mapa 3.3 do POCAL, a Freguesia terá que ter uma norma de controlo interno, se a têm
633 não está ali, o mapa resumo do diário de tesouraria porque também não consta, o mapa síntese
634 das conciliações bancárias, ou seja, ver o saldo que havia em banco e eventualmente ver se havia
635 cheques em trânsito, também não está ali e a ata do Executivo, eram estas as dúvidas e pelo menos
636 conseguiram ver que as dívidas a terceiros não estavam bem.

637 **Luís Araújo** Relativamente a estes mapas, são os mapas obrigatórios para envio ao Tribunal de
638 Contas, não mapas obrigatórios para prestação de contas.

639 **Paulo Ribeiro** Todos os mapas que ali estão também são obrigados a ir ao Tribunal de Contas,
640 senão não deveriam estar ali, porque assim nada é obrigatório ir à Assembleia de Freguesia.

641 **Luís Araújo** O que não deve é os mapas obrigatórios não estarem, mas tudo o que sirva para
642 melhorar a informação não tinha nada a opor.

643 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

644 **Bruno Rolo** Foi pertinente as questões serem levantadas, mas o importante era saberem quais
645 eram as dúvidas e quais eram as respostas, o entendimento da CDU sobre as contas é muito
646 simples, entendem sempre por bem que os documentos que são apresentados são legítimos, há
647 interesse em haver rigor, há ali documentos que mesmo que não sejam obrigatórios apresentar,
648 por exemplo a ata do Executivo, era importante estar ali, o documento relativo ao extrato bancário,
649 também era um documento importante para validar, a questão que o Sr. Paulo Ribeiro levantou
650 sobre a comparação com os anos anteriores é importante, mesmo não sendo obrigatório pode vir,
651 há alguns mapas que não sendo obrigatórios, não estava a falar da discriminação detalhada, mas
652 pelo menos as receitas, proveitos e despesas nas rubricas genéricas, fazer um comparativo com o
653 ano anterior, que era uma coisa que era frequente na Ameixoeira e facilitava, dava para ver se
654 havia aumento com os custos do pessoal, com despesas correntes, custos fixos, prestação de
655 serviços, só aqueles títulos maiores, não era preciso ir ao pormenor, e dada a dimensão que a Junta
656 tem e com a dimensão de trabalho que enquanto eleitos também têm, tudo o que possa facilitar
657 esses mapas resumos são muito importantes, porque não conseguem analisar tudo ao detalhe linha
658 a linha, também sabem que a questão da informática prega partidas, e a questão do imobilizado
659 já em 2001, quando estive na Junta, o imobilizado não batia 100% certo, não considera que uma
660 diferença de 100 euros seja preocupante, o que não quer dizer que não deva ser corrigido e

661 melhorado, ao contrário da intervenção anterior, são mais incisivos porque a questão que se coloca
662 é se foi bem gasto ou não esta verba de 700 mil euros da reserva da Junta, quando analisou o
663 balanço viu que o PCP só podia votar contra, não era preciso ver 100 páginas, porque em ano de
664 eleições, uma Junta que ao longo de 4 anos, todos os anos o saldo transitado de gerência ia
665 acumulando e no último ano levou uma talhada de 700 mil euros, isto era populismo eleitoralista
666 e despesas que no entendimento do PCP são despesas eleitorais, neste sentido nunca podiam
667 aprovar as contas, não há razão nenhuma, não houve intervenção da Junta em atividades que
668 justificassem gastos de 700 mil euros, estavam de acordo que a Junta não era para dar lucro, na
669 folha 2 do balanço no resultado líquido do exercício, em 2016 tiveram 57 mil euros
670 aproximadamente de resultado positivo, e agora tinham 261 mil euros negativos, e isto como
671 indicador diz-lhes se não fosse ano de eleições, era um bocado menos suspeito e se forem ver as
672 contas para trás era a mesma coisa, todos os anos a Junta tem resultados líquidos do exercício
673 positivos exceto no ano de eleições, isto não era uma coincidência, a análise não é só técnica e
674 contabilística, é também política, houve opções políticas do despesismo, se não fosse o saldo
675 transitado ter estado a ser acumulado, uma empresa que tivesse um resultado líquido de 261 mil
676 euros negativos, estava em pré-falência técnica, no caso da Junta não está porque ainda tem
677 reservas, mas esperava que não houvesse eleições intercalares, porque senão ficam derreados,
678 faziam votos que este mandato cumpra os 4 anos, porque senão ficavam mesmo com as contas da
679 Junta muito mal, estava a brincar um pouco com a situação mas a questão é séria e já levantaram
680 na assembleia em que foi discutido a integração dos precários, a Junta corre o risco de entrar em
681 falência técnica a curto ou médio prazo porque a questão da integração, ao contrário do que o
682 Executivo os quer convencer, que era uma iniciativa do Executivo mas não é, é uma obrigação,
683 não acreditava que a Junta quisesse integrar 61 pessoas, o entendimento do PCP é que esta e outras
684 juntas e outros organismos públicos se serviam dos recibos verdes como trabalho temporário em
685 que era facilmente descartável, depois vem uma lei que os apanha desprevenidos e agora têm que
686 integrar todos os que cumprirem as condições e é óbvio que esta e outras juntas pelo país fora e
687 os organismos públicos não precisavam daquela gente toda, como eram facilmente descartáveis
688 iam contratando a recibo verde que quando não houvesse tanta folga financeira, rescindiam os
689 contratos, o problema é que depois a tutela quer regulamentar os falsos recibos verdes e obriga a
690 regularização, estava muita gente nesta situação, com este tipo de atuação, o futuro financeiro a
691 curto ou a médio prazo pode estar hipotecado e depois não venham dizer que é a ADSE que vai
692 levar a Junta à falência, é a gestão da Junta é que pode levar a Junta à falência, incluindo a ADSE
693 e outros problemas como estes, chamava a atenção porque houve um compromisso do Executivo
694 na última assembleia de que o aumento de 300 mil euros por ano, que era o ônus da integração
695 dos precários, mas que se ia cortar dois fins de semana nas festas de Santa Clara, isto era tapar o
696 sol com a peneira, ou há uma gestão rigorosa ou então não há Festas de Santa Clara que lhes
697 valha, porque iam continuar a gastar o saldo e dali a dois anos não tem saldo, e depois as receitas
698 correntes não dão para as despesas correntes, quanto mais para investimento, entretanto passam
699 de mandato e quem vier atrás é que tem que arrumar a casa, o voto do PCP só pode ser contra, no
700 mapa de demonstração de resultados do ano de 2016 para 2017, os fornecimentos e serviços de
701 terceiros passaram de 571 mil euros para 849 mil euros, aumentaram quase 300 mil euros,
702 esperava que depois fossem abatidos com a integração dos precários, porque se não for os falsos
703 recibos verdes e forem empresas de empreitadas, iam pôr em risco a saúde financeira da
704 Freguesia, porque depois vai-se refletir na qualidade de vida dos fregueses, a Junta era só a cabeça
705 da gestão, mas o problema era que a Freguesia fica penhorada, porque depois qualquer problema
706 em que haja necessidade de intervir não se pode recorrer à Junta de Freguesia que é o órgão de
707 proximidade que tem a primeira abordagem aos problemas das pessoas, neste sentido iam votar
708 contra.

709 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

710 **Ricardo Duarte** O BE não podia aprovar em consciência um saldo negativo de 261 mil euros,
711 digam o que disserem, as coincidências valem o que valem mas foi ano de eleições, se fosse uma
712 coisa que viesse de trás mas não foi o caso, havia ali uma coincidência demasiado evidente, o
713 saldo existia, mas ainda assim não lhes parece uma gestão correta, não ia voltar debater a questão
714 dos 300 mil euros de custos, mas certamente que não eram dois fins de semana das festas que iam

thy.
N
S

715 resolver o problema, a Sra. Presidente da Junta continua no lema de tirar um pouco ali e um pouco
716 aqui, seria importante na próxima assembleia ser mais concretizado.

717 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Francisco Guimarães.

718 **Francisco Guimarães** O resultado líquido do exercício negativo de 261 mil euros é mais do que
719 justificação, não só pelos erros que o Sr. Paulo Ribeiro apontou, porque alguns até podem nem
720 ser muito importantes, mas esta questão parece-lhe clara e ainda mais com o acréscimo de 300
721 mil euros com a integração dos precários, e por isso não fazia sentido aprovar este relatório de
722 contas.

723 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

724 **Presidente da Junta** Essa questão específica dos mapas que poderiam constar para clarificar a
725 informação prestada à Assembleia, o Dr. Luís Araújo tomou registo delas e não haveria nenhum
726 problema numa próxima vez fazê-las constar, de salientar que um trabalho de um técnico nunca
727 é igual ao trabalho de outro técnico, se o Dr. Luís fosse fazer a análise a outros técnicos, quantas
728 perguntas e observações não teria certamente para fazer, isto para dizer que quando um escritor
729 escreve um livro sobre um mesmo tema e outro escreve um livro sobre o mesmo tema, não
730 escrevem a mesma coisa, era a preocupação da Junta prestar à Assembleia toda a informação, em
731 primeiro lugar a que for de caráter obrigatório e segundo aquela que não sendo de caráter
732 obrigatório, seja importante para informar essa mesma assembleia, vão procurar nesse sentido
733 apresentar documentos que se entenda por bem apresentar, em relação à informação prestada, já
734 tem servido para muitos copiarem e para alguma coisa tem servido e alguns têm até muito
735 interesse em copiar os documentos elaborados em Santa Clara, este e outros, em relação às
736 observações feitas ao próprio documento pelo Dr. Bruno Rolo, falou com a Cátia que era
737 necessário um índice e a paginação, e depois a separação entre vários assuntos, pode ser com
738 mapas mais simples, já elaboraram até os mapas separadores, está tudo feito só que já não vieram
739 a tempo deste documento, achava a observação pertinente porque facilita, isso vai ser feito na
740 próxima assembleia, quantos aos mapas adicionais e mapas comparativos, a própria também
741 gostava desses mapas, os mapas resumo situam as questões e quem quiser desdobra e aprofunda
742 para outros mapas que detalham a informação e são mais acessíveis ao comum das pessoas que
743 não dominam tanto os assuntos técnicos em presença, quanto aos mapas comparativos permitem
744 fazer uma análise do que está a ser feito num ano comparativamente ao que foi feito noutra ano,
745 mapas resumo, mapas comparativos e índice remissivo fazem parte da estrutura do trabalho, e
746 iam caminhar para aí, a questão das contas que foram referidas que o Executivo gastou muito
747 dinheiro por ter sido ano de eleições, que apresenta um saldo negativo, neste momento, no final
748 de 2017 o Executivo deixou a Junta com um saldo positivo de 261 mil euros, chamava a atenção
749 para a questão de que a Junta de Freguesia apresentou contas do saldo do exercício do ano de
750 2017 e do saldo final que em cada ano é integrado no saldo de gerência, a única coisa que acontece
751 é que em 2017 se fez mais despesa do que noutros anos porque se fizeram diversas intervenções
752 e foram justificadas as despesas, mas ficou sempre um saldo, tanto que ficou um saldo de 475574
753 euros e sublinhava que neste momento falta à Junta receber e vai ser tratado com um Vereador da
754 CML receber um valor em falta de 273600 euros, esse valor já o gastaram, saiu do orçamento da
755 Junta em 2017 e ainda não foi pago, vai ser pago este ano, foi gasto em prol de ações de utilidade
756 para a população e coisas que a população pede, não foram caprichos feitos pela Junta, são coisas
757 que a população lhes pede, quando se pretende fazer crer que a Junta vai gastar mais do que deve,
758 que anda a levar o seu orçamento pelo mau caminho, que está a deixar isto de uma forma difícil
759 para quem vier a seguir, quem vier a seguir ainda não se sabe, até podem ser os mesmos, estavam
760 a fazer um bom trabalho e talvez tivessem a trabalhar para eles próprios continuarem, não estavam
761 a querer deixar uma má herança para ninguém, em primeiro lugar porque têm respeito pela
762 Freguesia, que foi o que sempre norteou os procedimentos do Executivo e depois também têm
763 respeito por si próprios, porque podem ser eles mesmos e não querem estragar o que conseguiram,
764 se forem outros a ficar e se fizerem um bom trabalho, todos beneficiam, seja quem for que ali
765 fique, mas também tinha muitas dúvidas que as pessoas estivessem conscientes da dificuldade
766 que é gerir Santa Clara, tem bem essa consciência, passa pela situação, Santa Clara é muito difícil
767 de gerir e se agora é difícil de gerir pelos vários problemas que tem, também é muito difícil gerir
768 porque muitas pessoas que deviam defender Santa Clara defendem que Santa Clara devem ser o
769 depósito dos problemas de Lisboa, quando se pretende dizer que estão no caminho de desbaratar

sh
v
\$

770 dinheiro de Santa Clara, que se calhar estão em falência, que se calhar são 261 mil euros de dívidas
771 e não era nada disso, deixaram 475574,62 euros de saldo e gastaram dinheiro da Junta que ainda
772 não receberam em protocolos da CML no valor de 233 mil euros, a acrescer a isto dá um valor
773 dos tais 700 mil euros que falavam, a questão da integração dos precários não percebia esta
774 questão sistemática, estavam a atribuir ao Executivo intenções naquilo que não são as suas
775 intenções, que não pretendiam integrar os precários, que contratavam e logo despediam e isso não
776 foi assim, tinham ali pessoas há vários anos, o que nunca puderam foi a coberto da legislação
777 passar para a fase seguinte, mas sempre que puderam abriram concursos e foram integrando
778 pessoas, e não via outras juntas que tivessem aberto concursos e levado concursos até ao fim
779 como esta Junta levou, abriram concursos para todos os níveis profissionais, para os quadros
780 superiores, para os assistentes técnicos e dois tipos de concursos para os assistentes operacionais,
781 um para as Obras e outro para o Espaço Público, lembra-se que algumas juntas fizeram esses
782 concursos e não conseguiram levá-los até ao fim, abriram os concursos e integraram as pessoas
783 muito antes desta lei sair e quando saiu esta lei foram dos primeiros a dar-lhe sequência,
784 cumpriram a lei, falta saber se toda a gente cumpriu esta lei, porque tiveram necessidade de
785 recrutar pessoas com contrato de prestação de serviço num determinado regime que foi entendido
786 por precariedade mas podiam ter feito outra coisa, podiam ter recorrido a empresas, que foi o que
787 outros fizeram e não se incomodaram com o pessoal, não abriram concursos, não se incomodaram
788 com problemas de pessoal, tinham dinheiro para gastar ou arranjaram dinheiro para gastar e
789 fizeram o que quiseram, receberam saldos pesados de outras gestões anteriores e recrutaram
790 empresas, pagam a essas empresas e não têm aborrecimentos com o pessoal, e assim gastam muito
791 dinheiro à junta, e se perguntarem como estão as contas das outras juntas de Lisboa e sabiam
792 quais é que estão na falência pelo modelo de gestão que praticam, sabiam que recorriam a
793 empresas e pagam bem a essas empresas e que não fazem elas próprias o que Santa Clara fez, dá
794 trabalho às pessoas da Freguesia de lhes dar formação e ter com isso imenso trabalho e de ter
795 assumido essa responsabilidade, não recebiam lições de moral de ninguém, muito menos de quem
796 não tinha nenhuma lições para dar e que tinha tudo para aprender, e tanto que têm muito a
797 aprender que querem copiar o modo de funcionamento de Santa Clara, tinham valores de
798 protocolos a receber porque os protocolos que fizeram com a CML foram todos executados, não
799 fizeram apenas protocolos, nem todos os que fizeram protocolos executou os protocolos, a Junta
800 de Freguesia de Santa Clara executou-os todos, só há um protocolo que está em curso que é o
801 protocolo de rebaixamento das passadeiras, e os termos desse protocolo consiste por indicação da
802 Junta de Freguesia, quais seriam as áreas de intervenção e foi-lhes atribuído que não chega para
803 nada, que são 150 mil euros ao qual tem que ser revisto, mas já fizeram 5 passadeiras e só essas
804 já quase consumiram esse valor, têm outros projetos para várias passadeiras já feitos e entregues
805 à CML e têm que esperar pelo aval da CML em relação a esses projetos para poderem fazer a
806 obra, fazem isso com os próprios meios, têm um engenheiro civil que faz esses projetos, os outros
807 já foram aprovados e os outros ainda não mas estão bem encaminhados, antes de chegarem à fase
808 de despacho, são objeto de diálogo e de negociação, não tinham nenhum problema com nenhum
809 dos protocolos, nem todas as juntas foram capazes de fazer isto, Santa Clara tem sido uma Junta
810 que não é por estar a liderar esta Junta mas tem sido uma Junta exemplar, o que não é exemplar é
811 o comportamento de muitas outras pessoas face à Junta de Santa Clara, são mais uns ruídos com
812 que têm que lidar, a Junta tinha as contas em bom caminho e não estavam por esta forma a tentar
813 delegar responsabilidades para os vindouros.

814 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

815 **Paulo Ribeiro** Os 475 mil euros é saldo orçamental, ou seja está no orçamento, este saldo tem
816 que ser completado com um mapa que falta ali que é o mapa das prestações bancárias, este valor
817 é orçamental, falta saber quanto estava no banco em 31/12/2017, esse é que é a disponibilidade.

818 **Presidente da Assembleia** Passou à votação dos documentos de prestação de contas, ao qual foi
819 aprovado por maioria, com os votos a favor do PS e do PSD e com os votos contra da CDU, BE,
820 CSC e CDS-PP. Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro para declaração de voto.

821 **Paulo Ribeiro** Em condições normais, iriam abster-se, só começaram o mandato em Outubro, o
822 voto contra foi mesmo só por causa das situações que estão espelhadas.

Handwritten initials and a symbol in the top right corner.

823 **Presidente da Assembleia** Passou ao ponto 4 da Ordem do Dia – Apresentação, discussão e
824 votação da primeira proposta de revisão ao Orçamento para 2018. Deu a palavra à Sra. Presidente
825 da Junta.

826 **Presidente da Junta** Esta revisão do orçamento é feita porque tem de integrar o saldo de gerência
827 do ano anterior, no valor de 475 mil euros e integrando o saldo de gerência, esse valor é
828 redistribuído como forma proporcional às várias rubricas abertas e constantes no plano aprovado
829 em Dezembro de 2017 para o ano em curso.

830 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

831 **Paulo Ribeiro** Para poderem avaliar a revisão orçamental e dado que existem verbas nesta
832 passagem de protocolos, deveriam ter um documento que fizesse a execução dos protocolos, o
833 que é que receberam, o que é que executaram e o que falta executar, que verbas é que faltam vir
834 da CML, mais uma vez a informação não é dada, e deveria ser dada. Pretendia saber se os
835 protocolos já tinham sido todos executados, se não foram executados, quais faltam executar e
836 quais os valores que faltam receber, no orçamento estão incluídos quatro investimentos, que são
837 a construção do polidesportivo das Galinheiras no valor de 45223 euros, reabilitação do parque
838 infantil da Rua Bernardo Marques no valor de 60 mil euros, obra de acessibilidade pedonal 60
839 mil euros e requalificação do Largo do Ministro 65720 euros, estas verbas estavam previstas em
840 2017 e para o parque infantil, dos 60 mil euros previstos em 2017 receberam 17 mil euros,
841 pretendiam saber porque é que em 2018 ainda lá constam os 60 mil euros, sendo dos 60 mil euros
842 já receberam 17 mil euros não podia constar novamente no Orçamento os 60 mil euros, estão em
843 causa protocolos celebrados em 2015 e 2016, dos quais a Freguesia já recebeu as verbas, pretendia
844 saber das recebidas, quanto foi gasto e quanto sobra, houve obras que não foram licenciadas,
845 foram recebidas mas não foram gastas, esses montantes tem que estar em saldo consignado e isso
846 não acontece, se o valor é para uma obra, se a obra não foi executada tem que transitar em saldo
847 consignado, assim parte do valor das outras receitas deveria corresponder a saldo consignado, não
848 é o caso, a CML paga inicialmente 60% dos protocolos que ronda os 230 mil euros que a Sra.
849 Presidente da Junta referiu, já receberam 345 mil euros que têm que ficar consignados a estas
850 obras, ou seja, dos 475 mil euros, as outras receitas que é o saldo, provavelmente 300 mil euros
851 deste saldo provavelmente são saldo consignado, não é saldo livre, a Junta não pode utilizar se
852 não for para as obras que assinou, assim a receita de capital real será superior (não perceptível),
853 mas nas despesas de capital têm 290 mil euros, para um orçamento ser legal, a despesa de capital
854 tem que ser pelo menos igual ou superior à receita de capital, e neste caso não acontece e por esse
855 facto mais uma vez a informação não é apresentada e não conseguem deslindar os valores e por
856 essa razão iam votar contra.

857 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

858 **Ricardo Duarte** Tal como a Sra. Presidente da Junta disse, há uma proporcionalidade no
859 acréscimo mas depois há ali alguns pontos em que essa proporcionalidade não é propriamente
860 mantida, e daí pretender um pedido de esclarecimento, como por exemplo a Cultura e Eventos,
861 basicamente duplica o montante ao contrário da proporcionalidade do resto dos outros pontos, e
862 ainda por cima com a redução das festas não deveriam aumentar tanto ali, pretendia saber o porquê
863 deste incremento tão significativo na Cultura e Eventos, na água deram um valor de 50 mil euros,
864 pretendia saber o que é que justificava, encargos com a Saúde, presume que deve a ter com a
865 situação que a Sra. Presidente da Junta descreveu anteriormente, se for por isso parece-lhe
866 prudente, no gasóleo, vestuário e artigos pessoais também duplica o valor inscrito, pretendia
867 perceber a lógica por trás destes incrementos que saem um pouco da proporcionalidade descrita
868 anteriormente.

869 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

870 **Bruno Rolo** Pretendia fazer uma declaração de voto prévia, e iam ser congruentes com a posição
871 que tiveram na votação do Orçamento em Dezembro, deram um voto de tolerância, um benefício
872 da dúvida ao primeiro ano de mandato, abstiveram-se no orçamento e do que viram ali dos
873 reforços e a incorporação do saldo de gerência, não há nenhum reforço em particular que lhes
874 cause grandes dúvidas, obviamente que a dúvida não é plena mas em homenagem ao 1% para a
875 Cultura, não viam mal nisso, não há reforços substancialmente significativos que lhes inspire
876 cuidados e iam continuar a ter essa postura de fiscalização e vigilância, mas de uma forma geral
877 dar o benefício da dúvida porque este orçamento, não sendo o deles, possa ser benéfico para a



878 população da Freguesia, lá estarão dali a um ano para analisar o relatório e contas relativo a 2018
879 para ver se realmente foi posto em prática. No outro mandato já tinha pedido e a Sra. Presidente
880 da Junta disponibilizou-se para lhes facilitar essa documentação mas até ao momento ainda não
881 foi possível e agora neste mandato achava pertinente fazê-lo, era dar-lhes conhecimento de qual
882 é o projeto de requalificação do Largo do Ministro, porque é um projeto que não consta no site da
883 CML, no seu tempo o Largo do Ministro era um núcleo histórico da Freguesia, mas agora ninguém
884 sabe o que é que é histórico ou o que não é histórico, e neste sentido tinha grandes reservas sobre
885 o que é que se possa fazer com a requalificação do Largo do Ministro, como não tinha
886 conhecimento do que é que estão a prever fazer, se for uma barbaridade como aqueles passeios
887 na Rua Jorge de Sena com 5 metros de largura, é mau, não sabia se era para preservar mais a traça
888 histórica, se era para dar cabo da pouca traça histórica que ainda existe, a Sra. Presidente da Junta,
889 no mandato anterior, em uma das assembleias, quando veio à discussão, não o tema em si mas
890 numa informação da Junta, estava a ser elaborada um projeto, prontificou-se a enviar-lhes por e-
891 mail e até ao momento ainda não recebeu nada, fazia o apelo que pudesse ser até estendida aos
892 novos elementos da Assembleia para terem conhecimento de qual é realmente esse projeto.

893 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

894 **Presidente da Junta** Em relação aos protocolos de 2017 e também aos protocolos de 2018, os
895 protocolos de 2017, por parte da Junta todos os anos são celebrados protocolos de delegação de
896 competências entre as Juntas de Freguesia e a CML, os protocolos de 2017 foram todos
897 executados exceto alguns, em relação às passadeiras que ainda estão em execução e essa questão
898 foi falada há uns dias atrás com o Sr. Vereador e era perfeitamente compreensível este resvalar
899 para o ano em curso de um projeto que é demorado mas que está a ser cabalmente executado, a
900 Junta de Santa Clara já tem sido elogiada em vários contextos por terem cumprido integralmente
901 aquilo que foi acordado, do lado da CML é que ainda falta receber a verba de 233262,36 euros,
902 entretanto já adquiriram materiais, fizeram projetos e etc, ou seja praticamente para concluir os
903 projetos das passadeiras já têm os materiais e a mão de obra também é paga pela Junta, já não têm
904 praticamente despesas, mas têm dinheiro a receber e os outros protocolos estão todos feitos, o
905 projeto do Largo do Ministro é um projeto que transita para este ano, porque no ano passado
906 tinham dois projetos diferentes, um que é o Largo do Ministro e o outro designado por envolvente
907 ao Largo do Ministro “Requalificação do espaço de confluência da Estrada de São
908 Bartolomeu/Rua Fernando Cabral”, eram dois projetos distintos, os dois projetos foram
909 apresentados à CML, tal como apresentaram outros à CML e não foram pagos, mas a CML,
910 porque por algum motivo enganou-se e associou os dois projetos num só e chamou-lhe Largo do
911 Ministro e envolvente, e não era assim, apresentaram orçamento para um e orçamento para outro
912 em separado, e a CML atribuiu para os dois com uma designação diferente uma verba de 164300
913 euros, que não podia chegar para as duas coisas de maneira nenhuma, essa situação já está
914 esclarecida com a CML, o projeto que fizeram foi o da Estrada de São Bartolomeu, estava ali um
915 muro suscetível de cair, que dificultava imenso o trânsito e que era muito mais prioritário do que
916 o Largo do Ministro, se a CML não viabilizou os dois mas deu dinheiro só para um, entenderam
917 que era mais prioritário fazer aquele trabalho ali naquela zona do que qualquer requalificação no
918 Largo do Ministro, no entanto para este ano já está contemplado nos protocolos de 2018, o Dr.
919 Bruno Rolo disse que a Junta se comprometeu a entregar os projetos, houve um resvalar do projeto
920 do Largo do Ministro por esse processo, da parte da Junta estava feito um estudo prévio para
921 aprovar, não tinham problema nenhum em mostrar à Assembleia mas ainda não está aprovado
922 pela CML, da parte da Junta estava feito um estudo prévio da requalificação do Largo do Ministro
923 e um estudo prévio é um documento suscetível de muitas alterações, a CML aglutinou os dois
924 num só, fez uma confusão e perante essa confusão não quiseram perder a verba e definiram eles
925 próprios que a prioridade era aquela, se quisessem ver estava ali disponível, tendo em conta que
926 é um estudo prévio e que vai sofrer alterações, esta questão está a ser debatida com a CML e foi
927 debatido já um conjunto de protocolos para o ano em curso, ainda não trouxeram à Assembleia
928 porque ainda não está ultimada esta questão mas uma das questões que colocaram foi
929 precisamente a requalificação de toda esta zona, a Estrada da Ameixoeira, porque em
930 determinadas zonas nem estruturas de esgotos têm, não era apenas um pavimento que era preciso
931 alterar, era mexer mesmo nas estruturas, entendem como necessário requalificar toda esta zona, a
932 Estrada da Ameixoeira, o Largo do Ministro, um troço da Estrada de São Bartolomeu, a Rua

933 Direita e o Largo do Terreiro, dar a todo este conjunto uma mesma linguagem arquitetónica,
934 também a Rua Eng.º Quartin Graça e o talude entre a Rua Eng.º Quartin Graça e a Estrada da
935 Ameixoeira, isto era um pedido feito pela Junta mas não seriam obras a realizar pela Junta,
936 enquanto que antes, num outro contexto, podiam efetuar a intervenção no Largo do Ministro e no
937 Largo do Terreiro dois projetos em separado, provavelmente era mais vantajoso para a Junta que
938 a CML faça esta sequência toda, talvez coisas mais pequenas a Junta poderia fazer e teria mais
939 facilidade que fossem concretizadas com mais celeridade, a necessidade está identificada porque
940 era muito necessário intervir na Rua Eng.º Quartin Graça e o talude, não se tratava apenas de uma
941 questão de aspeto, é mesmo de vulnerabilidade daquele muro porque se repararem, ao longo da
942 Estrada da Ameixoeira está inclinado, se acontecerem chuvas anormais, a erosão pode pôr em
943 causa os alicerces daquele muro e foram estas as justificações dadas e entendem esta intervenção
944 como muito pertinente mas também é onerosa, compete-lhes apresentar à CML como uma
945 necessidade e compete à CML fazê-lo, e depois fazer deste percurso um percurso também pedonal
946 de passeio para pessoas que visitem a Freguesia, porque ele é muito característico desta zona antiga
947 da Freguesia e depois a partir do Largo do Terreiro mais adiante uma ligação para a zona da
948 Piscina de Santa Clara, com tudo isto e também estavam a articular com o vereador Sá Fernandes
949 para promover uma comunicação nesta zona da Freguesia, mas os protocolos para 2018 estão
950 todos em fase de negociação, já indicaram vários deles, falta-lhes acertar com a CML, vão ter
951 uma reunião dia 8 de Maio e essa reunião será mais conclusiva, se quiserem ver o estudo prévio
952 e pretenderem deixar sugestões, era aceitável e correto de se fazer. Em relação aos protocolos do
953 ano passado, foi pago o valor de 657208, 98 euros e o referido valor está por pagar, as contas
954 estavam bem, estavam saudáveis e só desejava que nos executivos seguintes elas se consigam
955 manter com esta saúde financeira. A questão da proporcionalidade, teve que haver uma
956 distribuição previsível de verbas, o investimento na Cultura não é um gasto, a Cultura é uma
957 necessidade, achava que era importante incidir sobre a Cultura e esta zona, que era tão carenciada
958 de atividades culturais, iam procurar ir de encontro a umas determinadas faixas de população mais
959 jovens, aquelas idades que não têm sido tão abrangidas, porque pensam sempre em crianças e
960 seniores e há ali uma idade que não tem sido abrangida por nada e estavam a pensar direcionarem-
961 se para essa faixa etária em intervenções também ao nível cultural.

962 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

963 **Paulo Ribeiro** Já não era a primeira vez, às vezes pode não ser bem entendido, só podiam discutir
964 e debater papeis e documentos que têm à sua frente, não podiam fazer processos de intenção, a
965 Sra. Presidente da Junta disse que todos os protocolos foram executados, mas não conseguiam
966 perceber isso, não conseguiram ver nesses documentos que foram executados, se não foram
967 executados, há saldo consignado, dos 475 mil euros, há uma parte dessa verba que não é saldo
968 livre, é saldo que transita para o ano seguinte para executar as obras que foram assinadas com a
969 CML, e isso não estava ali espelhado e era isso que tinham que avaliar, se falta concluir, se falta
970 executar verba, esse saldo é consignado, não é livre, se a reabilitação total do parque infantil da
971 Rua Bernardo Marques, que estava previsto receberem 60 mil euros, foram executados 17 mil
972 euros, pretendia saber porque é que no orçamento não constam os 60 mil euros, ou seja, deveria
973 ser a diferença.

974 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Dr. Luís Araújo.

975 **Luís Araújo** Relativamente ao documento em questão, é uma revisão orçamental e não relatório
976 de protocolos, em termos financeiros a questão do saldo para a gerência seguinte está lá tudo
977 integrado, a despesa foi superior ao valor executado, não fazia sentido consignar uma verba da
978 qual já gastaram mais, enviaram relatórios financeiros relativamente a este protocolo que tem com
979 a CML, não estava desagregado exatamente por causa disso, é sinal que a verba que transita está
980 em deficit em relação à questão da despesa, o saldo de gerência que passou do ano anterior está
981 todo incorporado nesta revisão, não há ali verba que esteja separada, está tudo na verba 1601, está
982 lá incorporado, se estivessem a falar de um valor a incorporar que não coincidissem com o valor
983 que transitou do ano anterior, mas não foi o caso.

984 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

985 **Presidente da Junta** À verba transitada de 475 mil euros do ano anterior ainda falta receber,
986 também do ano anterior e despesas já feitas pela Junta que são 230 mil euros, na realidade
987 transitaram do ano anterior mas este ano vão ser recebidos estes valores respeitantes a despesas

988 que já fizeram no ano passado, por acordo com a CML que lhes devia ter pago o ano passado, não
989 pagou mas não há problema com isso, as contas são assim, o saldo que transitou do ano passado
990 é 475 mil euros mais os 233 mil euros, porque quando o receberem e vão recebê-lo este ano, mas
991 é dívidas relativas ao ano passado, somando as duas verbas, dá mais de 700 mil euros, conforme
992 já tinham dito, isto já foi explicado anteriormente e só se não houver boa vontade é que não se
993 entende, o protocolo é um documento entre a CML e a Junta em que os dois estão de acordo, se
994 pretendessem poderia distribuí-lo protocolo a protocolo, é entre a CML e a Junta que isto tem de
995 ser gerido, está acordado, a CML determinou um valor e acorda com a Junta formas de execução,
996 tipos de materiais, fiscaliza quando bem entende e a Junta presta contas, com tudo detalhado e
997 feito.

998 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Paulo Ribeiro.

999 **Paulo Ribeiro** A Sra. Presidente da Junta tinha dito que o único protocolo que não tinha
1000 conseguido executar era o das passadeiras e para esse tem que haver verba disponível e que passe
1001 a consignado.

1002 **Presidente da Assembleia** As respostas já tinham sido dadas. Deu a palavra à Sra. Presidente da
1003 Junta.

1004 **Presidente da Junta** Não ia responder mais nada a estas questões, podiam perguntar o que
1005 quisessem e fazerem as observações que quiserem, não tinha mais respostas a dar porque já tinha
1006 respondido mais do que uma vez, se as pessoas quiserem estar ali com atitudes de “pescadinha de
1007 rabo na boca”, podem fazê-lo mas isso era perda de tempo, quanto à Sra. Presidente da
1008 Assembleia, que a desculpasse mas tinha que fazer uma observação, não podiam ser sempre as
1009 mesmas pessoas sistematicamente a entrar em diálogo, porque nesse caso cansa-os a todos, não
1010 têm paciência a isto, é um abuso inqualificável e há que gerir as intervenções da pessoas por forma
1011 a que cada um intervenha na sua vez e não atrepele toda a gente com as suas intervenções
1012 sistemáticas.

1013 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

1014 **Ricardo Duarte** Não lhe suscitava dúvida, aceitava o esclarecimento sobre a Cultura e Eventos,
1015 achava muito bem a cultura para toda a gente, acerca da rubrica da água e do valor de 50 mil
1016 euros, certamente haverá uma justificação e a duplicação, assim como a duplicação na rubrica
1017 gasóleo, vestuário e artigos pessoais, eram dúvidas que gostava que lhe fosse dado um devido
1018 esclarecimento.

1019 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1020 **Presidente da Junta** Receberam mais espaços verdes do que no ano anterior, porque procederam
1021 à requalificação de espaços de baldio, esses espaços foram requalificados e transformados em
1022 parques infantis e parques urbanos e outros aspetos como o projeto “Uma Praça em cada Bairro”,
1023 em que metade já está feito, em que tudo isso é mais intervenção, mais espaços verdes, mais rega,
1024 mais água e ainda vai crescer porque vão receber mais espaços verdes.

1025 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação a primeira proposta de revisão do Orçamento de
1026 2018, ao qual foi aprovada por maioria com os votos contra dos CSC, a abstenção da CDU, BE e
1027 CDS-PP e os votos a favor do PS e do PSD. Passou ao ponto 5 da Ordem do Dia – Inventário de
1028 todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, e respetiva avaliação, da Junta de Freguesia.
1029 Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

1030 **Presidente da Junta** Achava melhor responder às questões que lhe colocassem.

1031 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Bruno Rolo.

1032 **Bruno Rolo** Na página 6, tinham uma verba que além de ser um valor significativo, de 21894
1033 euros, na 1100411, para trabalhos de escavação e terraplanagem e sondagens para exploração de
1034 pedreiras, fabricação de betões, argamassas e construção de estradas e minas, pretende saber a
1035 que se refere, na página 7, 25455 euros em aquisição de aparelhos de iluminação e segurança,
1036 pretendia saber quais são esses aparelhos, no parque de máquinas da Junta, no 201 tinham viaturas
1037 de 50 a 250 centímetros cúbicos no valor de 23985 euros, de 2000 a 3000 cc, 27500 euros,
1038 aparecia de novo de 2000 a 3000 cc, não percebia qual era a diferença, mais 23671 euros, e
1039 novamente de 2000 a 3000 cc, mais 92 mil euros, presumia que sejam viaturas para âmbitos
1040 diversos mas pretendia saber especificamente que viaturas foram compradas em 2017, porque não
1041 via que o parque de máquinas da Junta não tenha aumentado tão significativamente.

1042 **Presidente da Assembleia** Relativamente à pág. 6, rubrica 1100411, tratavam-se de intervenções
1043 diversificadas, porque fizeram várias obras em vários locais e não se reportava a um local apenas,
1044 terraplanagem e acertos de terras foram feitos em vários locais, foram vários parques infantis, e
1045 outros parques que implicou movimentos de terras, a obra de Estrada de São Bartolomeu também
1046 teve movimento de terras.

1047 **Bruno Rolo** Isto é inventário do património, não foram obras de terraplanagem, foram obras de
1048 terraplanagem que ficaram inventariadas como património, não estavam a analisar as contas,
1049 estava a analisar que foram determinadas obras neste montante como património da Junta.

1050 **Presidente da Junta** Essa é uma classificação que é dada, é uma terminologia muito própria mas
1051 muito para além das terraplanagens, foram feitas obras no seu todo e a partir daí os parques
1052 infantis, que foram uma série deles, o da Bernardo Marques, o da Quinta de São João Baptista,
1053 da Rua Fernanda Alves, o do Alto do Chapeleiro estes foram feitos de novos, foram feitas
1054 remodelações no parque da Rua Raúl Rego, foram feitas estas obras e isto está contemplado nestas
1055 obras, que ao longo dos anos é um valor amortizável, quanto à rubrica 201112013013 trata-se de
1056 iluminação nas escolas e alarmes.

1057 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Dr. Luís Araújo.

1058 **Luís Araújo** As duas viaturas são o motocão, a varredora e mais duas viaturas.

1059 **Presidente da Assembleia** Leu a ata em minuta, passou a ata à votação, ao qual foi aprovada por
1060 unanimidade. Encerrou a sessão.

1061 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da
1062 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida
1063 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:

1064 O Presidente da Mesa: *Élio António Pereira*
1065 O Primeiro Secretário: *Luís António Pereira*
1066 O Segundo Secretário: *João António Pereira*